



A CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: RELEVÂNCIA DO TRABALHO ARTICULADO COM AS FAMÍLIAS

Simone Spier Juwer¹

Neusa Maria Delazari Baldo²

O acesso à educação e o direito à aprendizagem são garantias constitucionais universais, asseguradas a todos os brasileiros como responsabilidade do Estado e da família. Nessa perspectiva este resumo expandido discute aspectos relacionados à relevância da articulação entre a escola e a família no processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Buscou-se identificar as principais reflexões empreendidas pelos pesquisadores quanto ao trabalho articulado entre família e escola no processo de inclusão e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento e principalmente a aprendizagem.

A pesquisa, de abordagem qualitativa e bibliográfica, dialoga a partir de olhares sobre o processo inclusivo, especificidades do atendimento educativo à criança com TEA e a relevância de um trabalho articulado com as famílias. Observa-se em nossa região um significativo aumento de diagnósticos e matrículas na Educação Infantil de crianças com o transtorno e com níveis de suporte diferentes. Esse cenário tem levantado questionamentos, gerado dúvidas e intrigado famílias, pesquisadores, médicos e, acima de tudo, educadores frente ao processo de inclusão.

A inclusão escolar vem sendo muito discutida, especialmente quanto à perspectiva de incluir, de forma efetiva nas escolas comuns todas as crianças com deficiências, buscando a permanência e o sucesso na aprendizagem, em todos os níveis de ensino. Destaca-se ainda a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que estabelece diretrizes e normas para garantir a

¹ Simone Spier Juwer - Fundação Catarinense de Educação Especial - APAE de Pinhalzinho. e docente da Horus Faculdades. E-mail: simonespier22@hotmail.com

² Neusa Maria Delazari Baldo - Fundação Catarinense de Educação Especial- Apae de Pinhalzinho. E-mail: baldoneusa2019@gmail.com

II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

inclusão e a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. Ela é um marco importante no avanço dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, abordando várias áreas, incluindo a educação.

Nesse sentido pode-se dizer que o termo "inclusão" propõe muitas mudanças atitudinais na sociedade, sendo a educação um ponto de partida para torná-la possível. Para isto, o sistema educacional deve adaptar-se às necessidades educacionais dos educandos, por meio de uma educação de qualidade, oferecendo um atendimento que contemple suas necessidades e especificidades.

Para efeitos legais a pessoa com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista, a partir da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, fica considerado pessoa com deficiência. O DSM-V (última versão do Manual Estatístico e Diagnóstico de Transtornos Mentais) caracteriza o Transtorno do Espectro Autista (TEA) da seguinte forma:

[...] por déficits persistentes na comunicação social e na interação social em múltiplos contextos, incluindo déficits na reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico do transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Considerando que os sintomas mudam com o desenvolvimento, podendo ser mascarados por mecanismos compensatórios, os critérios diagnósticos podem ser preenchidos com base em informações retrospectivas, embora a apresentação atual deva causar prejuízo significativo (APA, 2013, p. 31).

Diante de tal definição, Cunha (2015) afirma que o uso atual da nomenclatura TEA possibilita a abrangência de distintos níveis do transtorno, classificando-os como leve, moderado e severo. Assim, não se pode homogeneizar o sujeito com autismo, considerando que são sujeitos diversos, com níveis de suporte diferentes. E, nesse sentido, é viável o conhecimento mais sucinto das características desse transtorno e níveis de suporte necessários.

Ainda segundo o DSM-V (2013), é dividido em três níveis de suporte:



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



Curso de
Pedagogia



Programa de
Pós-Graduação
em Educação



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

Nível 1: Leve (necessita de pouco apoio), Com apoio pode ter dificuldade para se comunicar, desta forma acaba permanecendo somente por um tempo dentro das interações sociais, outra questão é com os problemas de organização e planejamento que impedem a sua independência;

Nível 2: Moderado (necessita de apoio), Suas características são semelhantes às descritas no nível 3, mas com menor intensidade no que cabe aos transtornos de comunicação e linguagem;

Nível 3: Grave (necessita de maior apoio), Não conseguem se comunicar sem contar com apoio, apresentam dificuldades de interação social, apresenta uma insistência sempre pelas mesmas coisas, tendo dificuldade de lidar com mudanças e se não forem estimulados tendem ao isolamento social.

Em relação às manifestações das características/déficits, Santos e Vieira (2017, p.221) afirmam que:

São perceptíveis as manifestações dos déficits do autismo no cotidiano da criança. O déficit na comunicação/linguagem pode ser encontrado com a ausência ou atraso do desenvolvimento da linguagem oral. Já o déficit na interação social é recorrente ao autismo, tendo em vista a falta de reciprocidade, a dificuldade na socialização e o comprometimento do contato com o próximo. E outro fator perceptível no autista é o déficit comportamental, onde se encaixa a necessidade do autista em estabelecer uma rotina, além dos movimentos repetitivos e as estereotipias, presentes na maioria dos casos.

Os dados do Center For Disease Control and Prevention (CDC tradução livre Centro de Controle de Prevenção de doenças CDC), destacam a prevalência de autismo nos Estados Unidos é de 1 em cada 31 crianças, dados de maio de 2025, número considerado alto para um país de primeiro mundo. No Brasil o Censo Demográfico de 2022 registra 2, 4 milhões de pessoas com diagnóstico de autismo, com prevalência de 1 em cada 38 crianças entre a faixa etária 5 a 9 anos com TEA, sendo maior entre homens do que em mulheres

Em relação ao TEA, observa-se que o diagnóstico precoce, “é o primeiro grande instrumento da educação. O que torna o papel docente fundamental, pois é na idade escolar, quando se intensifica a interação social das crianças, que é possível perceber com maior clareza singularidades comportamentais” (Cunha, 2016, p. 24). Ainda para esse autor, a identificação precoce possibilita intervenções adequadas, ajudando aos educandos a se desenvolverem em um ambiente inclusivo e favorável.

Em relação a aprendizagem dos educandos com TEA, Cunha (2022) menciona que há uma relação diferente entre o cérebro, os sentidos e as informações recebidas em



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



Curso de
Pedagogia



Programa de
Pós-Graduação
em Educação



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

comparação a outras crianças, sendo que o cérebro da criança autista processa as informações recebidas de forma diferente, realizando constantemente buscas sensoriais em suas vivências cotidianas. Assim, as crianças com TEA devem ser estimuladas de diferentes formas e precocemente, envolvendo um trabalho estruturado, com a utilização de uma rotina organizada e estímulos com os diferentes sentidos. Vale destacar que cada autista tem perfis diferentes, sendo imprescindível a relação entre família, escola e equipe multiprofissional para a evolução da aprendizagem e do desenvolvimento integral.

A educação inclusiva não deve se limitar a propiciar o simples acesso de todas as crianças à educação, por meio da universalização das matrículas, mas garantir a eliminação do máximo de barreiras relativas à aprendizagem, a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. Nesse sentido, “a mediação com esses estudantes [...] pode requerer novas formas de abordagem dos conteúdos, de organização dos espaços físicos e novas metodologias” (Pieczkowski, 2019, p. 9), assim como o “protagonismo docente no processo de ensino e aprendizagem, bem como na superação de barreiras atitudinais, procedimentais, comunicacionais, metodológicas, entre outras é um elemento relevante para que a ação educacional tenha êxito” (Pieczkowski, 2019, p. 14).

Historicamente as relações entre a família e a escola foram se estruturando de diferentes modos e em diferentes momentos. Conforme Costa (2024) “[...] a relação entre escola e família vem se desenvolvendo de modo dinâmico, conforme as características de cada época e cada contexto social específico”. A autora ainda menciona que na atual modernidade líquida, as relações estão se caracterizando de modo instável, o que contribui para a transformação dos arranjos familiares refletindo na educação das crianças e na participação da família na escola. O aumento de famílias chefiadas por mulheres com dupla jornada de trabalho, as necessidades dos dois genitores estarem trabalhando para o sustento da família, o aumento da utilização das telas e das relações digitais está produzindo efeitos sobre a qualidade e menor tempo de convivência entre as crianças e seus pais. Nesta nova conjuntura familiar, ainda destaca, que a escola, principalmente na Educação Infantil acaba



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

tendo, também, a função de cuidado dessas crianças, que na grande maioria acabam permanecendo de 4 a mais de 8 horas no ambiente escolar.

Cabe também salientar, que é essencial que as escolas e educadores conscientizem-se em relação ao processo de inclusão dos educandos com deficiência, conhecendo o contexto familiar em que estão inseridos. Destaca-se nesse contexto a importância da família, fazendo com que ela sinta parte desse processo em que o educando está inserido. Evidencia-se que a família tem influências sobre os vários aspectos da vida da criança com TEA, sendo que consegue identificar suas potencialidades, dificuldades, além de conhecer os principais instrumentos que auxiliaram os professores a planejarem atividades que atendam às necessidades desse educando.

Cunha (2022, p. 89) corrobora mencionando que:

[...] escola e família precisam ser concordes nas ações e nas intervenções na aprendizagem, principalmente porque há grande suporte na educação comportamental. Isso significa dizer que a maneira como o autista come, veste-se, banha-se, escova os dentes, manuseia objetos e os diferentes estímulos que recebe para o seu contato social precisam ser consonantes nos dois ambientes.

Cunha (2022), ainda destaca que os ambientes escolar e familiar apesar de serem diferentes fisicamente, nas práticas de intervenção tem objetivos diferentes, mas características similares, sendo coparticipantes desse processo, porém estes um dos maiores desafios verificados para o sucesso da aprendizagem e evolução dos educandos com TEA.

Nesse contexto esta parceria deve ser consolidada para que a prática docente seja desenvolvida de forma eficaz, com a elaboração de um currículo com atividades adaptadas e funcionais para atender as necessidades desses educandos e com objetivos delineados com foco na individualidade de cada criança, proporcionando maior independência e melhoria na qualidade de vida. Sendo que este currículo deverá ser executado pela escola, com o apoio da família.

Por meio desta pesquisa evidencia-se a relevância da articulação entre família e escola para o processo de inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista na



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

Educação Infantil, ainda que sejam necessárias a criação de estratégias e mecanismos de fortalecimento de relação entre ambos.

Os pesquisadores destacam a importância de o professor conhecer as famílias, bem como identificar seu papel de suporte no contexto educacional inclusivo. No tocante aos familiares de crianças com TEA, identifica-se a diferenciação das demais famílias, em função da rotina e das necessidades específicas da criança. A inclusão ocorre em diferentes momentos da vida e contextos, no entanto quanto mais precoce o acesso aos diferentes estímulos, antes terão acesso diferentes estímulos e sua aprendizagem poderá ocorrer de forma significativa tanto na área cognitiva, emocional, motora e social. Assim, o trabalho articulado, aliado a capacitação dos professores para orientar os familiares em relação ao processo de aprendizagem podem ser um suporte no contexto educacional inclusivo, uma vez que família e escola são coparticipantes no processo.

Palavras-chave: Família. Educação Infantil. Transtorno do Espectro Autista. Inclusão.

REFERÊNCIAS:

- American Psychiatric Association (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara De Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009b, Seção 1, P. 18.
- BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 10 de set de 2024.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. . Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 6 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2015. 140 p.
- CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: psicopedagogia práticas educativas na escola e na família**. 9 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2022. 140 p.
- CUNHA, Eugênio. **Práticas Pedagógicas para inclusão e diversidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2016. 160 p.



Cursos de Educação Especial Inclusiva – Segunda Licenciatura



II SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA:

da educação adaptativa a prática colaborativa

22 a 26 de setembro de 2025, na Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC

DA COSTA, Jéssica Luana. **Relação Escola e Família numa perspectiva de Inovação da Educação**. 2024. Dissertação (mestrado em educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2024. Disponível em:

<https://ptolomeu.unochapeco.edu.br/pergamumweb/downloadArquivo?vinculo&nomeExtensao=.pdf>. Acesso em: 14 de dez. 2024.

Dados e estatísticas sobre o transtorno do espectro autista. Disponível em:

<https://www.cdc.gov/autism/data-research/index.html>. Acesso em: 07 de set. 2025.

Dados autismo no Brasil. Disponível em : <https://www.canalautismo.com.br/noticia/brasil-conhece-pela-1a-vez-seu-numero-oficial-de-pessoas-com-diagnostico-de-autismo-1-em-38/>.

Acesso em: 07 de set. 2025.

Dados sobre pessoa com deficiência no Brasil. <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/pela-primeira-vez-ibge-divulga-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>. Acesso em: 07 de set. 2025.

MELO, Josefa Gomes dos Santos; COUTINHO, Diogenes José Gusmão. Educação infantil: Métodos e estratégias para inclusão. Revista Espacios. Vol. 41 (Nº 18) Ano 2020. Pág. 4 Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais** /Peter Mittler; Trad. Windyz Brazão Ferreira. - Porto Alegre: Artimed, 2003.

PIECZKOWSKI, T. M. Z. (2019). **Mediação pedagógica na relação com universitários com deficiência.** *Educação*, 44,e 42/1–21. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/28452>. Acesso em: 05 out. 2022

SANTA CATARINA. Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica. Florianópolis: SED,. 2014, p 69.

SANTOS, R. K.; VIEIRA, A. M. E. C. S. Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): Do Reconhecimento à Inclusão no Âmbito Educacional. Revista Includere, Rio Grande do Norte, v. 3, n. 1, p. 219-232. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7413>. Acesso em: 23 dez. 2024.



Cursos de Educação
Especial Inclusiva –
Segunda Licenciatura

